



Câmara Municipal de Jaguariúna

SECRETARIA



Processo Nº 045 Exercício de: 2026

Encaminhado pela Presidência
(CMJ) Rodolfo Reis de Souza
em 04/03/26 para
Parecer da Comissão CCJ
Recebido [assinatura]

ASSUNTO: Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2026.
Dispõe sobre concessão de título de "Cidadão
Jaguariunense, ao Sr. Álvaro Carlos Lima.

Nome: Sr. Paula Adão

APROVADO EM UNICA DISCUSSÃO
em Sessão de 17/03/26

ATUAÇÃO

| | |
|-----------------|-----------|
| APROVADO | |
| Favoráveis | <u>12</u> |
| Contrários | <u>=</u> |
| Abstenções | <u>=</u> |
| <u>17/03/26</u> | |

Aos _____ dias do mês _____ de 20 _____, nesta cidade de jaguariúna,
na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê.
Do que para constar, faço este termo.

Eu _____ Secretário, a subscrivi



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Decreto Legislativo 001 /2026.

LIDO EM SESSÃO
DE 03/03/26

Dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Senhor Álvaro Castro Ferro.

A Câmara Municipal de Jaguariúna aprova:

Art. 1º - É conferido ao Ilustríssimo Senhor Álvaro Castro Ferro, o título de “Cidadão Jaguariunense”.

Art. 2º - A honraria de que faz menção este Decreto Legislativo, será entregue ao estimado Senhor Álvaro Castro Ferro, em sessão solene ou em data festiva a ser oportunamente convocada pela Presidência.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a execução deste Decreto Legislativo onerarão dotações orçamentárias específicas consignadas à Câmara Municipal.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Vereadora Priscila Adabo, 23 de Fevereiro de 2026.

APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO
em Sessão de 17/03/26

APROVADO
Favoráveis 12
Contrários =
Abstenções =
17/03/26

VEREADORA PRISCILA ADABO

PROTOCOLO Nº 566/2026
EM 27/02/2026
SECRETARIA 62



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



SOBRE O SENHOR ÁLVARO CASTRO FERRO

Histórico Profissional

Álvaro Castro Ferro, brasileiro, empresário aposentado, casado com Sônia Meire Camilotti Castro Ferro, com quem possui dois filhos, Bruno e Carolina, natural do Município de Santos/SP, filho de imigrantes espanhóis.

Atuação Empresarial

Foi um dos sócios-proprietários da Malharia ICA, uma das primeiras empresas de confecção instaladas em Jaguariúna, cidade onde construiu sólida trajetória empresarial, política e social.

A empresa destacou-se por atender grandes redes varejistas em todo o país, contribuindo para o desenvolvimento econômico e a geração de empregos no município.

Participação Política e Comunitária

Na área política, exerceu a presidência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em Jaguariúna por mais de oito anos, período em que participou ativamente da articulação e organização para a criação da Guarda Municipal de Jaguariúna.

Também foi o primeiro presidente do Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG), exercendo mandato entre 1999 e 2001, contribuindo para o fortalecimento da segurança pública local.

Atuação Maçônica

É um dos fundadores da Loja Maçônica Carlos Gomes, onde exerceu o cargo de Venerável Mestre em 2000.

Representou a instituição como Deputado Estadual da Assembleia Legislativa Maçônica do Estado de São Paulo, pela Loja Carlos Gomes – Jaguariúna, no período de 1999 a 2003.

Gestão Pública – Secretaria de Turismo e Cultura

No cargo de Secretário de Turismo e Cultura do Município de Jaguariúna, participou das seguintes obras:

- Construção da Ponte da Maria Fumaça;
- Criação do Centro Cultural, com o objetivo de valorizar o turismo histórico ferroviário;
- Criação do Museu Ferroviário;
- Construção de praças e parques públicos, como o Parque dos Lagos, Parque Loi Barbosa, Parque do Nasif, Parque Roseira de Baixo, Parque Roseira de Cima e Parque Cruzeiro do Sul;
- Construção do Teatro Municipal de Jaguariúna, Teatro Dona Zenaide;
- Criação do Grupo Original da Terra, com foco na valorização e qualificação dos artesãos locais;
- Implantação da Casa da Memória e apoio à Orquestra de Violeiros, que se apresentou nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em 2007;
- Criação do Projeto Guri, oferecendo aulas de instrumentos musicais a crianças e jovens;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



- Realização do primeiro Festival de Inverno no Centro Cultural e da primeira Feira do Livro no Parque Santa Maria;
- Organização da primeira Expo Jaguariúna, promovendo a integração entre empresas locais;
- Decoração natalina do centro da cidade e criação do Parque Temático de Natal, gerando a partir de então uma tradição da chegada do Papai Noel pelo trem da Maria Fumaça;
- Criação do Carnaval nas Estrelas, com a participação de blocos formados por famílias da cidade;
- Responsável por viabilizar a homenagem prestada a Jaguariúna no Carnaval do grupo especial de São Paulo pela Escola de Samba Pérola Negra, envolvendo a participação de moradores do município;
- Realização do primeiro Festival Gospel no Parque Santa Maria;
- Apoio às tradicionais Festas dos Caminheiros e da Cavalaria Antoniana;
- Implantação do Dia da Pesca para a Terceira Idade no Parque dos Lagos, promovido semanalmente às segundas-feiras;
- Modernização da Biblioteca Municipal.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2026

PARECER JURÍDICO AO PROJETO de DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2026.

Autoria: **VEREADORA PRISCILA ADABO**

Ementa: **“Dispõe sobre a concessão de “Título Cidadão Jaguariunense ao Sr. Álvaro Castro Ferro.**

1) RELATÓRIO

O presente Parecer Jurídico tem como objetivo a análise de Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2026 que “Dispõe sobre a concessão de “Título Cidadão Jaguariunense ao Sr. Álvaro Castro Ferro.

Na Justificativa, a Nobre Vereadora explana sobre a vida honrosa do Sr. Álvaro Castro Ferro e sua contribuição para o desenvolvimento cultural, econômico e comercial de Jaguariúna.

É o breve relato dos fatos.

Passa-se à apreciação.



Câmara Municipal de Jaguaríuna

Estado de São Paulo



Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2026

2) **DO PARECER:**

Primeiramente, cabe ressaltar que a apreciação jurídica exarada neste Parecer não tem força vinculante, sendo que seus fundamentos podem ou não serem utilizados pelos membros desta Casa de Leis.

Desta forma, a manifestação deste Departamento Jurídico, mediante parecer, é feita sob o prisma estritamente jurídico, pois não compete ao referido departamento se manifestar sobre o mérito legislativo (conveniência e oportunidade) das proposições legislativas.

Ademais, ressalta-se que este Parecer tem caráter meramente opinativo, ou seja, não vinculado, não lhes cabendo, inclusive, quaisquer responsabilidade solidária, conforme entendimento do STF¹.

Sobre o tema, o respeitado doutrinador Hely Lopes MEIRELLES assevera:

“O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já, então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação.”

¹ CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE CONTAS. TOMADA DE CONTAS: ADVOGADO. PROCURADOR: PARECER. Cf., art. 70, parág. Único, art. 71, II, art. 133. Lei 8.906, de 1994, art. 2, parágrafo 3, art. 7, art. 32, art. 34, IX. I - Advogado de empresa estatal que, chamado a opinar, oferece parecer sugerindo a contratação direta, sem licitação, mediante interpretação da lei de licitações. Pretensão do Tribunal de Contas da União em responsabilizar o advogado solidariamente com o administrador que decidiu pela contratação direta: impossibilidade, dado que o parecer não é ato administrativo, sendo, quando muito, ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa. (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 13. Ed. São Paulo: Mallheiros, 2001.p.377).II – O advogado somente será civilmente responsável pelos danos causados a seus clientes ou a terceiros, se decorrentes de erro grave, inescusável, ou de ato ou omissão praticado com culpa, em sentido largo: Cód. Civil, art. 159; Lei nº. 8906/94, art. 32. III. – Mandado de Segurança deferido. (MS 24073 / DF – DISTRITO FEDERAL – MANDADO DE SEGURANÇA. Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO. Julgamento: 06/11/2002 Órgão Julgador: Tribunal Pleno). (destaques da Procuradoria e Consultoria Jurídica)



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2026

Assim, considerando os aspectos constitucionais e legais, passa-se à análise técnica do presente Projeto de Lei.

3) DA COMPETÊNCIA E INICIATIVA

O projeto versa sobre matéria de competência do Município, em razão da presença do predominante interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I da Constituição Federal.

Quanto à sua iniciativa a competência é privativa do Poder Legislativo, conforme artigo 17, inciso XIII da Lei Orgânica do Município, nos seguintes termos:

*“Art. 17 - **Compete privativamente à Câmara** exercer as seguintes atribuições, dentre outras:*

(...)

*XIII - **conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços ao Município ou nele se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular mediante proposta e deliberação pelo voto de dois terços dos membros da Câmara;**”*

4) DA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE:

Não há entendimento de contrariedade ao texto legal, restando somente comprovado o demonstrativo da relevância local e o interesse social na prestação de homenagens e concessão de honrarias, vez que se trata de questão local de valorização da população, bem como incentivo às boas práticas e destaque daqueles que dedicaram suas vidas para o desenvolvimento de um município melhor, sendo inspiração para aqueles que os rodeiam:

“A prestação de homenagens e concessão de honrarias é prática corrente nos Municípios justamente com o intuito de prestigiar pessoas e entidades que, por sua atividade, tenham contribuído de algum modo para



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2026

o desenvolvimento local ou para o bem-estar coletivo. Não restam dúvidas de que tais homenagens se tratam de matérias de interesse local, inserindo-se na esfera de competência típica do Município (art. 30, I, da Constituição Federal)."

Sobre o tema, a Resolução nº 224 de 07 de novembro de 2023, alterada pela Resolução nº 250 de 06 de maio de 2025, "Regulamenta o Título de Cidadão Jaguariunense e o Título de Cidadão Benemérito no âmbito da Câmara Municipal de Jaguariúna, e dá outras providências."

Assim, os §§ 1º e 2º do artigo 1º, da mencionada Resolução dispõem que:

"Art. 1º (...)

*§ 1º O **Título de Cidadão Jaguariunense** será concedido como homenagem às pessoas que se destacaram nas benfeitorias no âmbito do município de Jaguariúna e que **não nasceram no município de Jaguariúna**, tornando-se aptos de merecer especial reconhecimento.*

*§ 2º O **Título de Cidadão Benemérito** será concedido como homenagem às pessoas que se destacaram nas benfeitorias no âmbito do município de Jaguariúna e que **nasceram no município de Jaguariúna**, tornando-se aptos de merecer especial reconhecimento."*

Portanto, o projeto apresentado está condizente com as disposições estabelecidas pela Resolução, não havendo óbice ao seu prosseguimento.

5) DAS COMISSÕES PERMANENTES:

A Proposição do Projeto em análise precisa ser submetida ao crivo das Comissões de: **Constituição, Justiça e Redação** (art. 72, inciso I do R.I.), **Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo** (art. 72, inciso IV do R.I.) e **Orçamento, Finanças e Contabilidade** (art. 72, inciso II do R.I.).



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

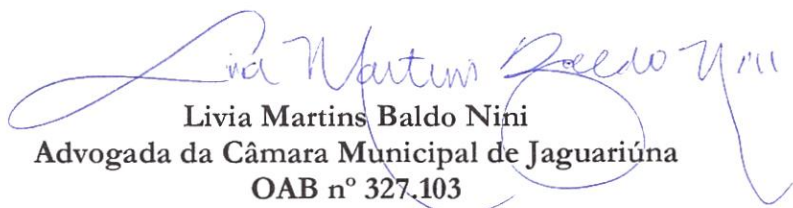
Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2026

6) DA CONCLUSÃO:

O Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2026 não encontra confrontos com o texto legal da Lei Orgânica do Município e da Constituição Federal.

No que tange ao mérito, este Departamento Jurídico não irá se pronunciar, pois caberá aos Nobres Vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade da aprovação, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 05 de março de 2026.


Livia Martins Baldo Nini
Advogada da Câmara Municipal de Jaguariúna
OAB nº 327.103



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



REUNIÃO CONJUNTA DE COMISSÕES PERMANENTES

Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2026

DATA: 09/03/2026

HORÁRIO: 14hs

PRESENTES:

VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI (PRESIDENTE DA CCJ E DE OBRAS)

VEREADORA ANA PAULA ESPINA SOUZA MUNIZ (PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ASSUNTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS)

VEREADOR CLAUDIO ROBERTO ANASTACIO (SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE SAÚDE)

VEREADOR CRISTIANO CECON (SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS e CIDADANIA)

VEREADOR ELCIO SHIYOITI HIRANO (VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE)

VEREADORA GERUZA MELO DO NASCIMENTO REIS (VICE- PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE E SECRETÁRIA DA COMISSÃO DE OBRAS)

VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA (PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE, VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS)

VEREADOR JOSÉ MUNIZ (VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS e PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE)

VEREADORA MARIA DAS GRAÇAS HANSEN ALBARAN DOS SANTOS (SECRETÁRIA DA CCJ E SECRETÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE).

VEREADORA PRISCILA APARECIDA ADABO (VICE PRESIDENTE DA CCJ E VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE)

VEREADOR RAFAEL DA SILVA BLANCO (SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE)



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA (PRESIDENTE DA CÂMARA)

VEREADORA ROSE FERREIRA LOPES COUTINHO

DISCUSSÃO:

A Vereadora Ana Paula Savioli, Presidente da CCJ, efetuou a leitura do Projeto de Decreto Legislativo. Os Vereadores presentes discutiram o projeto, bem como o aprovaram para a próxima Sessão Ordinária.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2026

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES PERMANENTES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA e REDAÇÃO; ORÇAMENTO, FINANÇAS e CONTABILIDADE; e SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, LAZER e TURISMO ao Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2026.

Autoria: **VEREADORA PRISCILA APARECIDA ADABO.**

Parecer: **FAVORÁVEL**

De iniciativa da nobre Vereadora Priscila Aparecida Adabo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Senhor Álvaro Castro Ferro.

Na Justificativa, a Nobre Vereadora Priscila Aparecida Adabo explana sobre a vida honrosa do Sr. Álvaro, empresário aposentado que construiu grande parte de sua trajetória em Jaguariúna, destacando-se no setor empresarial como sócio da Malharia ICA, contribuindo para o desenvolvimento econômico e a geração de empregos no município. Foi fundador da Loja Maçônica Carlos Gomes, onde exerceu o cargo de Venerável Mestre em 2000 e representou a instituição como Deputado Estadual da Assembleia Legislativa Maçônica de São Paulo, entre 1999 e 2003.

Discorre que Álvaro teve atuação relevante na vida pública e comunitária, presidindo o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) local, participando da criação da Guarda Municipal e sendo o primeiro presidente do Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG. Na área cultural e administrativa, exerceu o cargo de Secretário de Turismo e Cultura, colaborando para a realização de obras, eventos e projetos voltados à valorização da cultura, do turismo e da história de Jaguariúna.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2026

É o relatório.

Desta feita, competem as Comissões Permanentes, reunidas em conjunto, na forma que faculta o Regimento Interno, lavrar parecer a respeito de sua legalidade, oportunidade e conveniência.

O projeto versa sobre matéria de competência do Município, em razão de interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal.

Quanto ao mérito, não há aparente inconstitucionalidade ou ilegalidade ao projeto apresentado.

Verifica-se, portanto, que o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2026 é legal, conveniente e oportuno.

Favorável é o parecer, salvo outro entendimento.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 10 de março de 2026.

Pela Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação:

VEREADORA ANA PAULA CRUZ DE OLIVEIRA SAVIOLI

Presidente Relatora

VEREADORA PRISCILA APARECIDA ADABO

Vice-Presidente



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2026


VEREADORA MARIA DAS GRAÇAS HANSEN ALBARAN DOS SANTOS
Secretária

Pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade:


VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA
Presidente - Relator

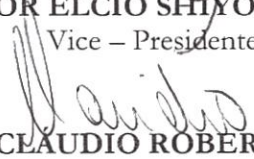
VEREADORA GERUZA MELO DO NASCIMENTO REIS
Vice - Presidente


VEREADOR RAFAEL DA SILVA BLANCO
Secretário

Pela Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo:


VEREADOR JOSÉ MUNIZ
Presidente - Relator

VEREADOR ELCIO SHYOITI HIRANO
Vice - Presidente


VEREADOR CLAUDIO ROBERTO ANASTACIO
Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



DECRETO LEGISLATIVO N.º 565

Autoria: Vereadora Priscila Aparecida Adabo – PP

Dispõe sobre concessão do Título de
“Cidadão Jaguariunense” ao Sr. Álvaro
Castro Ferro.

Vereador Rodrigo Reis de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - É conferido ao Ilustríssimo Sr. Álvaro Castro Ferro o Título de “Cidadão Jaguariunense”.

Art. 2º - A honraria de que faz menção este Decreto Legislativo será entregue ao estimado Sr. Álvaro Castro Ferro em solenidade especial, ou data festiva a ser oportunamente convocada pela Presidência.

Art. 3º - As despesas oriundas da execução deste Decreto Legislativo onerarão dotações orçamentárias específicas consignadas à Câmara Municipal.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 18 de março de 2026.

Rodrigo Reis de Souza

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Presidente

Este documento foi publicado no site oficial da Câmara Municipal de Jaguariúna (<https://jaguariuna.sp.leg.br/>) para conhecimento público.

Creusa Ap. Gomes
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



DECRETO LEGISLATIVO N.º 565

Autoria: Vereadora Priscila Aparecida Adabo – PP

Dispõe sobre concessão do Título de
"Cidadão Jaguariunense" ao Sr. Álvaro
Castro Ferro.

Vereador Rodrigo Reis de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - É conferido ao Ilustríssimo Sr. Álvaro Castro Ferro o Título de "Cidadão Jaguariunense".

Art. 2º - A honraria de que faz menção este Decreto Legislativo será entregue ao estimado Sr. Álvaro Castro Ferro em solenidade especial, ou data festiva a ser oportunamente convocada pela Presidência.

Art. 3º - As despesas oriundas da execução deste Decreto Legislativo onerarão dotações orçamentárias específicas consignadas à Câmara Municipal.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 18 de março de 2026.

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Presidente

Este documento foi publicado no site oficial da Câmara Municipal de Jaguariúna (<https://jaguariuna.sp.leg.br/>) para conhecimento público.

Creusa Ap. Gomes
Diretora Geral

"Republicado por ter saído com incorreção na numeração"